

Secretaria de
Estado da
Administração



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

Termo de Referência

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

Número do Processo - SISLOG
105141

Número do Processo - SEI
202400005010353

001 - INTRODUÇÃO

Em conformidade com a Lei Federal n.º 14.133 de abril de 2021 e com o Decreto Estadual n.º 10.207 de janeiro de 2023, o Termo de Referência é o documento necessário para a contratação de bens e serviços comuns, destinado a identificar as especificações do objeto e as condições da contratação e execução, devendo conter os elementos mínimos previstos na legislação.

O Termo de Referência deve ser elaborado com base nos, Caderno de Intenções, Memorial Descritivo, Laudo de Avaliação e Relatório de Imóveis, que dão base ao posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento das necessidades apresentadas.

O Termo de Referência deverá ser elaborado, obrigatoriamente, nas contratações de bens e serviços comuns, inclusive serviços comuns de engenharia, independente da forma de seleção do Locador, seja por licitação ou por contratação direta.

Tópico 1 - DADOS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Dados do Processo	Número do Processo Administrativo no Sei 202400005010353
-------------------------------	--

1.2. Adequação Orçamentária	A presente contratação será autorizada pelo Ordenador de Despesas, com a respectiva indicação orçamentária, nos termos do Decreto Estadual nº 10.207 de janeiro de 2023.
------------------------------------	--

Tópico 2 - DEFINIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Descrição resumida do objeto	Prestação de Serviços - O presente contrato tem por objeto a Locação do imóvel localizado no Lote sob o n.º 02 (dois) da quadra n.º 15 (quinze), com dez metros de frente pela Rua 02, situado no Setor Planalto, Rialma-GO, para funcionamento da Unidade Vapt Vupt de Rialma.
2.2. Regime de fornecimento de bens ou serviços	Prestação de Serviços de forma parcelada, nos termos do Cronograma constante neste TR (se aplicável).
2.3. Natureza da execução do objeto	Locação imobiliária/Serviços contínuos.
2.4. Característica do objeto	Comum.
2.5. Instrumento Contratual	A presente contratação será formalizada por meio de Termo de Contrato.
2.6. Prazo de vigência contratual	O prazo de vigência contratual é de 60 meses, contados imediatamente a partir da assinatura ou retirada de Termo de Contrato, nos termos do Título III, Capítulo V, da Lei Federal n.º 14.133, de abril de 2021. Considerando que o objeto contratado é de natureza continuada, a vigência do contrato é prorrogável nos termos da Lei Federal n.º 14.133 de abril de 2021. A minuta de Termo de Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Tópico 3 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DOS PREÇOS REFERENCIAIS

3.1. Os valores referenciais estimados da contratação, unitários e totais, aferidos conforme ampla pesquisa de mercado, são os seguintes:

Descrição do item 001	
Código 887 - Locação de Imóvel e/ou Espaço, sala comercial.	
Período (Meses)	60
Quantidade	1
Unidade	Unidade
Local de Entrega	Secretaria de Estado da Administração
Valor Mensal	R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais)
Valor Total	R\$ 336.000,00 (trezentos e trinta e seis mil reais)

3.2. Preço Total Estimado: não sigiloso - **R\$ 336.000,00 (trezentos e trinta e seis mil reais).**

3.3. O preço total estimado da contratação fundamenta-se conforme Laudo de Avaliação emitido pela Gerência de Avaliações de Imóveis da Superintendência Central de Patrimônio Imobiliário.

3.4. Os preços estimados especificados neste Termo de Referência, unitários, totais e global, correspondem aos preços máximos nos quais o objeto poderá ser adjudicado. Não será admitida a adjudicação do objeto por preços (unitário e global) superiores aos especificados neste Termo de Referência.

Tópico 4 - DA DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

4.1. Locação de Imóvel para funcionamento da Unidade Vapt Vupt de Rialma, localizado no Lote sob o n.º 02 (dois) da quadra n.º 15 (quinze), com dez metros de frente pela Rua 02, situado no Setor Planalto, Rialma-GO, registrado sob a matrícula n.º 5.540, do Cartório de Registro de Imóveis de Rialma, por um período de 05 (cinco) anos.

Tópico 5 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. A presente contratação, que tem por objeto Locação de Imóvel para funcionamento da Unidade Vapt Vupt de Rialma, está fundamentada nos termos do [ETP - Estudo Técnico Preliminar Simplificado](#).

5.2. A presente contratação justifica-se pela necessidade de manter o funcionamento da Unidade Vapt Vupt de Rialma, pois a Unidade foi interditada devido aos problemas estruturais severos que impossibilitaram o seu funcionamento, pois colocavam em risco a vida dos servidores e usuários, e a região apresenta uma demanda expressiva pelos serviços públicos, sendo que a concentração desses serviços em um único local é a solução mais eficaz para atender às demandas da população.

5.3. O Programa Vapt Vupt é uma ação do Governo do Estado de Goiás. A credibilidade do Vapt Vupt deve-se à implantação de um novo conceito de serviço público fortemente apoiado na rapidez, eficiência e conforto com que são executados os serviços disponibilizados ao cidadão.

5.4. A continuidade da Unidade Vapt Vupt no município de Rialma, visa contribuir para a modernização da máquina administrativa e oferecer acesso à população aos serviços a serem prestados pela Unidade de forma simples e integrada, em um único local, com espaço seguro e confortável, proporcionando serviços e rotinas administrativas de interesse público, presente no município, minimizando custos e apresentando soluções modernas de otimização de tempo e recursos, bem como reduzindo assim os trâmites burocráticos.

5.5. Salientamos, ainda, que atualmente os cidadãos rialmenses precisam se deslocar até Ceres para se beneficiarem dos serviços ofertados pelo Vapt Vupt, havendo o clamor por parte daquela população e de autoridades da cidade para se manter o funcionamento da Unidade no município.

5.6. A instalação da Unidade Vapt Vupt de Rialma no imóvel em tela, propiciará uma edificação de qualidade, boa localização e estrutura para oferta dos serviços à população, em endereço de fácil acesso, a partir de diversas formas de mobilidade urbana.

5.7. É imperioso ressaltar, a dificuldade em encontrar imóveis que sejam disponíveis e que atendam ao escopo do programa Vapt Vupt naquela região. Além do mais, o imóvel possui boa localização, próximo a diversos pontos comerciais, contribuindo para a qualidade na prestação dos serviços, sendo importante fator a se considerar, pois representa um item na observância do interesse social.

5.8. Mesmo sabendo que a administração pública tem despendido vultosos gastos relativos à locação de imóveis pelo Estado de Goiás, particularmente para instalação de Unidades de atendimento do Programa Vapt Vupt, e mesmo diante da recomendação para instauração de procedimento de credenciamento para seleção de interessados em ceder espaços/imóveis a título de comodato, sem ônus para o erário, tal recomendação se torna prejudicada no caso em comento, tendo em vista que o município de Rialma não possui estabelecimentos com infraestrutura necessária que se amolda ao interesse regular da administração (shopping centers, galerias, estações de transporte público, estabelecimento de empresas e entidades públicas etc.) disponíveis. A realidade estabelecida em Goiânia

com os comodatos nos shoppings centers não pode ser requerida para todo o interior do estado, pois são realidades distintas.

5.9. Ademais, o Estado de Goiás não possui prédios próprios, adequados e suficientes para atender a necessidade de instalação da Unidade Vapt Vupt de Rialma, conforme noticiado [Despacho n.º 1021/2023/SEAD/GGIM](#).

5.10. Outrossim, a escolha foi pautada na disponibilidade do imóvel, e por apresentar as características necessárias para o funcionamento da Unidade Vapt Vupt, quais sejam: Localização, Dimensão, Edificação e Destinação. O imóvel está situado em local privilegiado, boa localização, estrutura física, rede lógica e elétrica, e possui todas as divisões internas necessárias, rede elétrica, lógica e hidráulica.

5.11. Em razão da inexistência de imóvel público estadual que atenda a demanda, conforme mencionado no item **5.8** acima, foram localizados outros imóveis comerciais disponíveis em Rialma, conforme descritos abaixo, visando buscar outras opções para funcionamento da Unidade Vapt Vupt naquela municipalidade, entretanto, os mesmos não possuem as características necessárias para atendimento da demanda.

5.11.1. Imóvel I - Endereço: Av. Bernardo Sayao, esq. c/ Rua 32, Lt. 01, Qd. 56 - Centro, Rialma–GO: Possui boa localização, porém a rede elétrica do imóvel não é compatível com os padrões necessários para funcionamento da Unidade Vapt Vupt, sendo necessária a substituição de toda a rede elétrica, desde o poste até o painel elétrico de distribuição. Acrescenta-se, que o proprietário informou não ter condições de realizar as adequações estruturais para possibilitar a instalação da Unidade, além de exigir um cheque calção do Estado até a formalizado do Contrato, demonstrando que esta opção não é a mais viável para esta Secretaria.

5.11.2. Imóvel II - (Particular) - Endereço: Rua Frutuoso Alves Guimarães, n.º 426, Qd. 01, Lts. 12/13 - Centro, Rialma–GO: Bem localizado, entretanto, a capacidade da rede elétrica do imóvel não é compatível com os padrões das Unidades Vapt Vupt, além disso, será necessário realizar reparos no piso, como a raspagem para a retirada de manchas e a aplicação de resina. Ressalta-se, que o proprietário não concordou em realizar as adequações propostas, constatando que esta opção não é viável para atendimento da demanda.

5.12. Dentre os imóveis disponíveis, ressaltamos que, conforme o posicionamento da Gerência de Infraestrutura e Manutenção Predial - GEINFRA desta Secretaria, o imóvel localizado no Lote sob o n.º 02 (dois) da quadra n.º 15 (quinze), com dez metros de frente pela Rua 02, situado no Setor Planalto, Rialma–GO é a opção mais adequada para a instalação da Unidade Vapt Vupt. Cabe pontuar, ainda, que em contato com os proprietários dos imóveis identificados, apenas o do imóvel em tela concordou em realizar as adequações necessárias para o funcionamento da Unidade. Dessa forma, a locação do imóvel sugerido para a instalação da Unidade Vapt Vupt para a prestação dos serviços é o mais vantajoso para a Administração, devido o baixo custo, quando comparado com a aquisição ou locação de outro imóvel para a Unidade.

5.13. Insta observar, que a escolha do imóvel baseia-se por este ser o disponível na região que atualmente atende aos interesses da Administração e possui os requisitos necessários para o funcionamento da Unidade Vapt Vupt. Ademais, o imóvel escolhido é localizado em área estratégica para a prestação dos serviços, com fácil acessibilidade e uma ampla rede de outros serviços nos seus arredores: colégios, farmácias, entre outros.

5.14. Além disso, o valor do aluguel foi negociado condizente avaliação realizada pela Gerência de Avaliação de Imóveis - GEAVA, conforme pode ser verificado no [Laudo de Avaliação para Locação n.º 116/2023](#), cujo valor médio mensal foi de R\$ 5.692,38 (cinco mil, seiscentos e noventa e dois reais e trinta e oito centavos) e o proprietário do imóvel concordou com o valor praticado no mercado, de R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais).

5.15. Diante do exposto, justifica-se ao Contrato de Locação do imóvel, no valor mensal do aluguel de R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais), bem como a inexigibilidade para formalização de contrato de locação, com embasamento legal no art. 74, inciso V, da Lei 14.133/21, utilizando-se o critério singularidade do imóvel a ser locado pela Administração, evidenciando vantagem para ela.

Tópico 6 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Cronograma de execução:

6.1. A execução do objeto contratado seguirá o seguinte cronograma físico-financeiro:

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO			
ITEM	PARCELAS DE ENTREGA:	60 MESES	VALOR TOTAL (R\$)
		VALOR MENSAL (R\$)	
Item 01	60 parcelas	5.600,00	R\$ 336.000,00

Tópico 7 - MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

Responsabilidade do Locador

7.1. Não obstante o Locador ser o único responsável pela entrega do objeto ou prestação de serviço, a Administração se reserva no direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o fornecimento ou prestação de serviço, nos termos da legislação aplicável.

7.2. O Locador será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Administração.

Comunicação

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Locador serão realizadas por escrito, admitindo-se o uso de notificação ou mensagem eletrônica registrada no sistema SISLOG destinada a esse fim, realizadas pelo Gestor do Contrato, ou seu respectivo substituto, formalmente designado.

Reunião inicial do contrato

7.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o Locador para reunião inicial para apresentação do Plano de Gestão do Contrato, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Locador, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Registro de Ocorrências

7.5. Serão registradas todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Gestão e fiscalização do contrato

7.6. O contrato será acompanhado pelo Gestor e Fiscal do Contrato, ou seus respectivos substitutos, formalmente designados nos termos do Decreto Estadual nº 10.216 de fevereiro de 2023, responsáveis pela fiscalização, acompanhamento e verificação da perfeita execução contratual, em todas as fases até a finalização do contrato.

7.7. O Gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato e será responsável pela comunicação com representantes do Locador, nos termos do art. 22 do Decreto Estadual nº 10.216 de fevereiro de 2023.

7.8. O Gestor do contrato coordenará as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, aos atos preparatórios à instrução processual e encaminhará a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à alteração, prorrogação ou rescisão contratual ou para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

Fiscalização Técnica

7.9. O Fiscal Técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, segundo suas atribuições descritas no art. 23 do Decreto Estadual nº 10.216 de fevereiro de 2023.

7.10. O Fiscal Técnico acompanhará o contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nas condições contratuais e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital para o pagamento, com possibilidade de solicitar o auxílio ao Fiscal Administrativo ou Setorial, e ainda informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a ocorrência relevante que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência ou a existência de riscos quanto à conclusão da execução do objeto contratado que estão sob sua responsabilidade.

Fiscalização Administrativa

7.11. O Fiscal Administrativo do contrato acompanhará os aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e ao controle do contrato no que se refere a revisões, reajustes, repactuações e providências nas hipóteses de inadimplemento, segundo suas atribuições descritas no art. 24 do Decreto Estadual nº 10.216 de fevereiro de 2023.

Verificação da manutenção das condições de habilitação do Locador

7.12. O Locador deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

7.13. Constatando-se a situação de irregularidade do Locador, o Gestor deverá notificar o Locador para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, por motivo justo e a critério da Administração.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual por meio de processo administrativo, assegurado ao Locador o contraditório e a ampla defesa.

7.15. Havendo a efetiva execução do objeto durante o prazo concedido para a regularização, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

O objeto contratado será recebido nas seguintes condições:

Atesto da execução do objeto

8.1. O Locador deverá protocolizar o recibo do aluguel ao Gestor do Contrato para ser atestado e encaminhado para área financeira da locatária.

8.2. Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dia após o ateste do recibo do aluguel pelo gestor do contrato, respeitada a ordem cronológica conforme Decreto Estadual nº 9.561 de novembro de 2019.

8.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo Locador.

8.3.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4. Nenhum pagamento será efetuado ao Locador enquanto perdurar pendência na apresentação do recibo do aluguel.

8.5. Nenhum pagamento será efetuado ao Locador, enquanto perdurar pendência correspondente ou em virtude de penalidade, ou inadimplência.

8.6. Para efeito de liberação do pagamento, deverá ser comprovada a regularidade fiscal e trabalhista do Locador.

8.6.1. O recibo do aluguel deverá ser acompanhado pelos seguintes documentos:

- Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual;
- Certidão de regularidade com o INSS/RF;
- Certidão de regularidade com CNDT;
- Certidão de regularidade com a Fazenda Municipal.

Prazo de Pagamento

8.7. O pagamento será realizado Mensalmente, no valor indicado no item 3.1.

8.8. A Administração somente efetuará o pagamento ao Locador, estando vedada a negociação de tais títulos com terceiros.

8.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.9.1. A locatária, ao efetuar o pagamento ao Locador, fica obrigada a proceder à retenção do Imposto de Renda (IR) ao Estado de Goiás com base na Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores.

Reajuste em caso de atraso no pagamento

8.10. Ocorrendo atraso no pagamento em que o Locador não tenha de alguma forma concorrido para a mora, os valores devidos ao Locador serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária. Os encargos moratórios pelo atraso no pagamento serão calculados pela seguinte fórmula:

$$EM = N \times Vp \times (I / 365)$$

Onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Números de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;

Vp = Valor da parcela em atraso;

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100.

Do reajuste do contrato

8.11. Os preços serão fixos e irrealizáveis pelo período de 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato. Após este prazo poderá ser reajustado pelo índice mais vantajoso para a administração pública, conforme preconizado pela Recomendação n.º 01, de 25 de junho de 2021, da Câmara de Gestão de Gastos - CGG, da Secretaria de Estado da Economia - ECONOMIA, mediante solicitação formal do Locador. Os reajustes subsequentes somente poderão incidir após decorridos novos doze meses da data em que a anterior correção produziu seus efeitos, conforme Nota Técnica n.º 01/2016, da Procuradoria Geral do Estado.

Tópico 9 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO LOCADOR

9.1. A forma de seleção do Locador se dá em razão das vantagens do imóvel em questão para a prestação dos serviços públicos ofertados pela Unidade Vapt Vupt de Rialma, portanto, amoldando-se a hipótese de inexigibilidade de licitação tal como dispõe o art.74, inciso V da 14.133.

Tópico 10 - DAS RESPONSABILIDADES

10.1. Obrigações e responsabilidades do Locatário:

10.1.1. Arcar com o pagamento do aluguel do imóvel no valor de R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais).

10.1.2. Administrar a Unidade de atendimento do Vapt Vupt;

10.1.3. Elaborar o Caderno de Intenções e Memorial Descritivo;

10.1.4. Custear despesas provenientes de fatura de energia elétrica, após a conclusão do processo de transferência de titularidade junto à CHESP;

10.1.5. Custear despesas provenientes de fatura de água, após a conclusão do processo de transferência de titularidade junto à SANEAGO;

10.1.6. Fornecer os materiais para instalação da rede elétrica e lógica da Unidade;

10.1.7. Elaborar os projetos de arquitetura, elétrico e lógico, seguindo as especificações contidas nas Normas Técnicas;

10.1.8. Elaborar todos os projetos complementares e atender exigências de órgãos fiscalizadores quando necessários, como o Estrutural, Hidráulico, Combate ao Incêndio (inclusive aprovação);

- 10.1.9.** Vistoriar a obra durante o início, meio e fim, para averiguar se toda a obra está sendo executada conforme planejado, seguindo as especificações técnicas contidas no Memorial Descritivo;
- 10.1.10.** Responsabilizar-se pelo mobiliário necessário ao funcionamento e atendimento ao cidadão (como mesas, cadeiras, longarinas e armários), e realizar suas manutenções;
- 10.1.11.** Responsabilizar pela comunicação visual, interna e externa, da Unidade;
- 10.1.12.** Responsabilizar-se pelas despesas de circuito de dados (link) necessário para prestação dos serviços da Unidade;
- 10.1.13.** Responsabilizar pelos computadores da Unidade e realizar a manutenção desses equipamentos;
- 10.1.14.** Fornecer e responsabilizar pelos serviços de vigilância monitorada e/ou armada interna da Unidade Vapt Vupt;
- 10.1.15.** Fornecer e responsabilizar pelo serviço de limpeza da Unidade Vapt Vupt;
- 10.1.16.** Responsabilizar pela aquisição, instalação, manutenção, preventiva e corretiva, do sistema de climatização da Unidade Vapt Vupt;
- 10.1.17.** Disponibilizar sistema de gerenciamento de atendimento (senhas);
- 10.1.18.** Manter atualizado o Certificado de Conformidade - CERCON do Corpo de Bombeiros Militar da Unidade Vapt Vupt;
- 10.1.19.** Responsabilizar pela emissão e manutenção do Alvará de Funcionamento da Unidade Vapt Vupt;
- 10.1.20.** Responsabilizar pelas recargas dos extintores de incêndio e manter o sistema de combate a incêndio;
- 10.1.21.** Nomear gestor responsável pela fiscalização e fiel cumprimento dos ajustes nos termos do Inciso IV, do art.62 da Lei n.º 17.928/2012.

10.2. Obrigações e responsabilidades do Locador:

- 10.2.1.** Adaptar o imóvel para instalação da Unidade Vapt Vupt e realizar todas as adequações constantes do Memorial Descritivo e Projetos;
- 10.2.2.** Fornecer os materiais elétrico e lógico necessários à implantação da Unidade;
- 10.2.3.** Custear despesas provenientes de fatura de energia elétrica, até a conclusão do processo de transferência de titularidade junto à CHESP;
- 10.2.4.** Custear despesas provenientes de fatura de água/esgoto, até a conclusão do processo de transferência de titularidade junto à SANEAGO;
- 10.2.5.** Arcar com o pagamento do Imposto Predial Territorial Urbano anual (IPTU) e demais taxas anuais como a de coleta de lixo e outras porventura cobradas juntas ou separadas do carnê do IPTU e impostos incidentes contra incêndios;

10.2.6. Realizar a instalação de esquadrias (portas e janelas) das salas da coordenação e rack conforme projeto de arquitetura;

10.2.7. Realizar as adequações necessárias para instalação do sistema de climatização da Unidade Vapt Vupt e realizar as adequações referentes à renovação de ar de acordo com os requisitos da Anvisa;

10.2.8. Responsabilizar-se pelas questões referentes às partes estruturais do edifício e incorrer nas despesas relacionadas com as obras ou serviços exigidos pela segurança da construção, reforma ou pela correção de falhas ocorridas na parte estrutural do imóvel;

10.2.9. Atender as normas de segurança emanadas pelo Poder Público, relacionadas a edificação objeto do contrato pretendido, inclusive com as taxas de liberação de alvarás, quando necessário e sistema de combate a incêndio;

10.2.10. Responsabilizar pelas aquisições de extintores de incêndio, conforme quantitativos e especificações de projeto de Combate ao incêndio elaborado;

10.2.11. Responsabilizar pela emissão do Certificado de Conformidade - CERCON do Corpo de Bombeiros Militar da edificação principal;

10.2.12. Submeter a prévia aprovação da SEAD toda e qualquer alteração que possa causar impacto no atendimento prestado na unidade Vapt Vupt, notadamente aquelas que envolvam acesso ao local e horário de funcionamento;

10.2.13. Ter ciência do imperativo legal expresso no art. 55, XIII da Lei Federal n.º 14.133/21 e art. 22, Lei 8.245/1991.

Tópico 11 - DAS MODIFICAÇÕES NO IMÓVEL

11.1. O LOCADOR autorizará, por escrito, o LOCATÁRIO a efetuar no imóvel que receberá em locação as modificações e benfeitorias que julgarem convenientes, desde que não afetem a segurança do prédio e nem contrariem posturas municipais, nos termos do art. 1.219 do Código Civil Brasileiro.

11.2. Esta locação vigorará em caso de alienação do imóvel, comprometendo-se o LOCADOR a dar ciência ao adquirente e a obrigá-lo a respeitar a locação, nos termos do art. 576 do Código Civil Brasileiro, obrigando-se ainda, à locação os sucessores das partes contratantes.

Tópico 12 - DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

12.1. Reserva-se ao LOCATÁRIO a preferência para a renovação deste contrato, que vigorará no caso de alienação de imóvel, a qualquer título, ficando os herdeiros ou sucessores das partes, obrigados ao cumprimento de todas as cláusulas e condições, observando o art. 576 do Código Civil Brasileiro.

Tópico 13 - DA EXTINÇÃO

13.1. O Locatário, por razões de interesse público, devidamente justificada, nos termos do inciso VIII do artigo 137 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, poderá devolver o imóvel e rescindir o contrato, antes do término do seu prazo de vigência, ficando dispensado do pagamento de qualquer multa, bem como dos aluguéis restantes, desde que notifique o LOCADOR, por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

13.2. No caso de fato ou ato estranho à vontade dos contratantes que impeça o uso regular do imóvel para o fim que estiver destinado, considerar-se-ão resolvidas às obrigações contratuais, sem direito a

indenização, salvo se o locatário preferir aguardar que, sob a responsabilidade do Locador, se restaurarem, se for o caso, as condições de uso anteriormente apresentadas pelo imóvel.

13.3 Na hipótese prevista na parte final do item anterior, a locação ficará suspensa, reiniciando-se a contagem do prazo contratual na data em que o imóvel readquirir as condições de uso regular.

Tópico 14 - DAS SANÇÕES E PENALIDADES

14.1. A aplicação de sanções obedecerá às disposições dos art. 155 a 163 da Lei Federal 14.133/2021.

Tópico 15 - ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

15.1. São anexo do TR:

1. [SISLOG 25464 \(Caderno de Intenções Rialma\)](#)
2. [SISLOG 24415 \(Despacho GGIM\)](#)
3. [SISLOG 23964 \(laudo de Avaliação do Imóvel\)](#)
4. [SISLOG 44097 \(Layout da Unidade\)](#)
5. [SISLOG 43168 \(Memorial Descritivo\)](#)

EQUIPE DE PLANEJAMENTO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DESTE TERMO DE REFERÊNCIA:

Responsável	Função	Telefone	Email
PAULO ROBERTO BORGES VIEIRA	Integrante Técnico	62 32015779	paulo.bvieira@goias.gov.br
JARDEL MAGNUN SOARES	Integrante Técnico	62 32015779	jardel.soares@goias.gov.br
MARCIO GLÁUCIO MAIA DA SILVA	Integrante Requisitante	62 32015779	marcio.maia@goias.gov.br

Versão do Doc. Padrão
0.03

GOIANIA - GO, aos 26 dias do mês de junho de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **JARDEL MAGNUN SOARES, Coordenador (a)**, em 26/06/2024, às 11:14, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROBERTO BORGES VIEIRA, Gestor (a) de Contrato**, em 26/06/2024, às 11:17, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **LILIANNE LIMA DE SOUSA, Superintendente**, em 26/06/2024, às 12:35, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO DE OLIVEIRA LINO, Superintendente**, em 26/06/2024, às 17:16, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO GLAUCIO MAIA DA SILVA, Gerente**, em 27/06/2024, às 09:38, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **LARA GARCIA BORGES FERREIRA, Subsecretário (a)**, em 27/06/2024, às 10:47, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **61819466** e o código CRC **FBBC12F2**.

SISTEMA DE LOGÍSTICA DE GOIÁS
AVENIDA ANHANGUERA Nº 609, - Bairro SETOR LESTE UNIVERSITÁRIO - GOIANIA -
GO - CEP 74610-250 - (62)3201-8795.



Referência: Processo nº 202400005010353



SEI 61819466